

As renovações historiográficas sobre a ditadura brasileira a partir dos estudos de gênero na década de 2010¹

*Eloisa Rosalen*²

*Luísa Dornelles Briggmann*³

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir como tem sido contado a história da ditadura brasileira na década de 2010 a partir dos estudos de gênero. Longe de querer abordar todas as publicações a respeito ou todos os eixos temáticos, buscamos sinalizar algumas perspectivas inovadoras e pontos que nos parecem relevantes que conectam as temáticas da ditadura, estudos de gênero, história das mulheres e os movimentos sociais (aqui delimitados aos feminismos e ao LGBTQI+) sobre o período delimitado. Busca-se dialogar com diferentes produções acadêmicas para poder apresentar um panorama a partir das novas perguntas e argumentos com o novo contexto historiográfico.

Palavras-chave: Ditadura militar; Estudos de gênero; Década de 2010.

¹ Esse texto foi resultado dos seguintes projetos: “Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”, financiado pelo CNPq, processo nº404662/2021, coordenado por Joana Maria Pedro; “Ser pai em tempos de repressão: memórias sobre o exercício da paternidade de e sobre homens perseguidos pela ditadura no Rio Grande do Sul (1968-1974)”, coordenado por Prof. Dr. Vanderlei Machado; “A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff; e tantos outros dos quais participamos desde o mestrado. Também integra o Pós-doutorado Júnior/ CNPq de Eloisa Rosalen, realizado na Universidade Estadual de Montes Claros.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente realizando Pós-doutorado Júnior/ CNPq na Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: rosaleneeloisa@gmail.com

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: luisa.briggmann@gmail.com

As renovações historiográficas sobre a ditadura brasileira a partir dos estudos de gênero na década de 2010

ROSALEN, E.

BRIGGMANN, L. D.

Historiographical renewals about the Brazilian dictatorship based on gender studies in the 2010s

Abstract: The objective of this article is to reflect on how the 2010s history of the Brazilian dictatorship has been written and told according to the gender studies. Far from wanting to address all publications on the subject or all thematic lines, we seek to highlight some innovative perspectives and points that seem relevant to us which connect the themes of dictatorship, gender studies, women's history and social movements (here delimited to feminisms and to LGBTQI+) over the selected time. The aim is to trace a line between academic productions to present an overview based on questions and arguments beyond the new historiographical context.

Keywords: Brazilian dictatorship; Gender studies; 2010s

Introdução

A ditadura militar brasileira é um dos principais e mais importantes temas nos estudos da história contemporânea brasileira^I, vista sob diferentes ângulos, aspectos e sujeitos^{II}. Levantamentos bibliográficos, disponibilizados em diversos sites, livros e artigos apontam o quanto as pesquisas sobre a temática tiveram um salto na última década em quantidade, qualidade e diversidade. Os avanços ocorridos se deram, entre outros motivos, pelo imbricamento entre o interesse na temática a partir do ano de 2014 (quando se completou 50 anos do golpe), pelo aumento de financiamento em pesquisa, pelo debate público e pelas disputas das memórias, que se intensificaram na última década. Ao mesmo tempo em que se viu, no Brasil, o avanço da pesquisa histórica sobre ditadura, ocorreu a emergência e o acirramento das dicotomias, o negacionismo e o revisionismo, as ameaças à liberdade de cátedra e os embates diretos entre posições antagonistas, que disputam na esfera pública a memória social da ditadura. Tudo isso em meio a um processo político em que a impunidade e o autoritarismo ainda marcam a nossa sociedade, do passado e do presente^{III}.

Ao longo das décadas de 1990 a 2010, a partir da chegada à presidência do Brasil de Fernando Henrique Cardoso (exilado da ditadura nos anos de 1970), de Luís Inácio Lula da Silva (sindicalista e preso pela ditadura no final dos anos de 1970) e de Dilma Rousseff (ex-militante da esquerda armada, presa e torturada), foram constituídas a Comissão de Mortos e Desaparecidos (1995), a Comissão de Anistia (2001) e a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Esta última, por sua vez, abriu precedente para a instauração de comissões estaduais e universitárias por todo o Brasil^{IV}. Embora, por exemplo, a Comissão da Verdade não tenha trazido

ao centro das discussões a punição dos militares e tenha representado uma avaliação bastante tardia da ditadura (mais de 30 anos após a Lei de Anistia), deu visibilidade à temática (mesmo que pautadas na dicotomia militantes *versus* repressão) e às reações às iniciativas em diferentes âmbitos, o que recolocou nas iniciativas as análises e considerações atuais sobre provenientes dos movimentos sociais a fim de re-observar o passado recente do país.

Neste contexto, de renovação historiográfica, disputas da memória e transição democrática inacabadas as/os historiadoras/os, as instituições de direito humanos e as comissões institucionais desenvolveram papel significativo na esfera pública, ao divulgar o conhecimento histórico acerca da ditadura e participar ativamente tanto na reivindicação de espaço nas políticas da memória quanto na tentativa de dar visibilidade às memórias de diversos sujeitos afetados pelo regime. A perspectiva se constituiu a partir do presente, onde – parafraseando o livro de Michelle Perrot^v – os “excluídos da história” recente do país, como as mulheres, os negros, as populações pobres e aos povos indígenas passaram a ganhar destaque e, a partir de então, buscar também ao olhar para a ditadura as suas participações em seus diferentes âmbitos. Evidentemente, isso não aconteceu sem uma batalha de décadas, protagonizada pelos movimentos sociais que reivindicaram (e ainda reivindicam) espaço, direitos, história e memória pública^{vi}.

Além da Comissão da Verdade, o que também possibilitou e garantiu visibilidade a diversidade racial e de gênero, e não somente no que tange à ditadura, foram: a) a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (com estatuto de ministério), pelo governo Lula, em 2003, e que teve Eleonora Menicucci (ex-militante contra a ditadura) à frente do ministério por um tempo; b) as manifestações das mulheres por meio da Primavera das Mulheres, emergente a partir dos anos de 2015; c) a obrigatoriedade do ensino da história indígena e

africana nas escolas públicas e nas universidades; d) a implementação de cotas nas universidades públicas brasileiras (e em diversos concursos); e) a descoberta do Relatório Figueiredo (em 2012); f) as Marchas das Mulheres Negras e Indígenas; g) os ciberativismo constituído sob diferentes temáticas (contra o machismo, racismo, homofobia, transfobia, capacitismo, etc.); entre outros aspectos que impactaram a década de 2010^{vii}.

Dentro deste contexto, consolidou-se neste período as práticas de pesquisas que visam incluir, analisar e dar significado às histórias dos mais diferentes sujeitos durante a ditadura e a partir da lente dos estudos de gênero e das epistemologias feministas. Esta perspectiva não foi uma invenção do período, mas ganhou corpo em função do contexto histórico no qual o Brasil atravessou a última década. Por isso, com este artigo temos o objetivo principal responder a seguinte pergunta: como tem sido contado a história da ditadura militar brasileira na década de 2010 a partir dos estudos de gênero e das epistemologias feministas? O que se alterou a partir do momento em que inúmeras pesquisas sob a perspectiva de gênero passaram a olhar o período da ditadura militar brasileira? Longe de querer abordar todas as publicações a respeito ou todos os eixos temáticos, buscamos sinalizar algumas perspectivas inovadoras e pontos que nos parecem relevantes que conectam as temáticas da ditadura, estudos de gênero, história das mulheres e os movimentos sociais sobre o período delimitado.

Para tanto, subdividimos o artigo em dois tópicos, sendo: o primeiro, intitulado *As histórias das mulheres e os estudos de gênero na ditadura brasileira*, onde mencionamos sobre algumas discussões teóricas provenientes das epistemologias feministas que tomaram (ainda mais) espaço na última década (mas que provêm de um acúmulo de meio século de discussões) e sinalizamos as principais contribuições que pensaram sobre a ditadura a partir de uma leitura da história das mulheres e dos estudos de gênero; no segundo, *Movimentos*

Feministas e as sexualidades dissidentes na ditadura brasileira, assinalamos sobre a emergência de novas perspectivas, a inclusão de novos sujeitos e as novas questões que têm sido lançadas, sobre o período delimitado, para os movimentos feministas e LGBT. Gostaríamos de sinalizar que a nossa leitura está localizada a partir de teses, participação em pesquisas, e formação acadêmica localizadas junto ao Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

As histórias das mulheres e os estudos de gênero na ditadura brasileira

Como pudemos perceber, a rede de poder que envolve a escrita da História é vasta e fornece instrumentos para a compreensão não somente do passado, mas também do presente^{viii}. Assim, o não conhecimento sobre determinadas lutas, ou sobre certos grupos e protagonistas históricos acarreta em um desconhecimento sobre os processos sociais em que estamos absorvidos no presente, reduzindo até nosso pleno exercício da cidadania e dos direitos^{ix}. Dessa História, muitas vezes são as mulheres (mas não somente elas, como assinalado acima) quem estão excluídas. O “ofício do historiador” ainda é um ofício de homens, que a escrevem no masculino^x. Michelle Perrot provocou discussões sobre o tema quando afirma que:

Economia, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História^{xi}.

Falar de mulher na História, portanto, significa tentar reparar, mesmo que em parte, essa exclusão. Mas procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens não é uma tarefa fácil. Para que haja

qualquer relato histórico é preciso que exista uma vontade de saber, é preciso se investigar, buscar novos temas, objetos, procurar sujeitos escondidos nessa escrita excludente. No que se refere a busca da presença de mulheres, esta vontade foi por séculos ineficiente, por isso: “Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”^{xii}.

Joana Maria Pedro e Rachel Soihet^{xiii} afirmam que é a partir dessas ideias que, na década de 1960, a luta feminista teve um papel decisivo para que algumas mulheres alcançassem a condição de objetos e sujeitas da História, o que marca a emergência da História das Mulheres. As mulheres ficaram, desse modo, muito tempo fora da História. Como se, destinadas à obscuridade, estivessem fora do tempo, ou pelo menos dos acontecimentos, confinadas no silêncio^{xiv}. Mas elas parecem ter feito do tão longo silêncio, uma arma^{xv} e buscaram quebrar a máxima trazida por Simone de Beauvoir de que “toda a história das mulheres foi feita por homens”^{xvi}.

Estas historiadoras feministas, portanto, insistiram que havia uma identidade de historiadoras em desacordo com aquela dos homens e questionaram se seria possível haver avaliações imparciais do saber – vistas por elas como atitudes hegemônicas de um ponto de vista interessado^{xvii}. Assim, provocaram uma forte demanda por informações e mobilizaram-se propondo estudos dedicados à História das Mulheres, fortalecendo-a. Desde então, multiplicaram-se as pesquisas, tornando-a um campo reconhecido em âmbito institucional^{xviii}.

Atestar a importância das mulheres na História, portanto, significa ir contra as definições de História e seus agentes antes estabelecidos como únicos e “verdadeiro”, ou “pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado”^{xix}. Significa apontar que o domínio que nós,

historiadoras e historiadores, temos do passado é fatalmente parcial. Falar sobre mulheres significa também falar das relações de poder entre homens e mulheres. Significa identificá-las como sujeitos históricos e políticos.^{xx} Dessa maneira, se faz necessário um desejo constante de uma outra História conforme assinalou Michelle^{xxi}, mais ampla, plural e representativa (conforme demarcamos nós).

No final dos anos 1970 diversas tensões emergiram no interior da disciplina e do movimento feminista. Inicialmente, pensava-se a categoria “mulher” como em oposição a “homem”, sempre no singular universalizante. Mas mulheres negras, indígenas, pobres, mestiças, trabalhadoras, lésbicas, muitas vezes não se encontravam naquela escrita. Passaram a questionar a viabilidade da categoria “mulher”, apontando a “diferença” como um problema a ser refletido: “A fragmentação de uma idéia (sic) universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista.”^{xxii}. Assim, passou-se a valorizar a potência da existência das múltiplas identidades.

A inclusão de múltiplas identidades não resolveu todos os problemas, já em várias circunstâncias carregavam características essencialistas ou pautadas em concepções fincadas em aspectos do fundacionismo biológico e das naturalizações dos corpos^{xxiii}. Neste debate das identidades, em vez somente de somente incluí-las em sua multiplicidade e diversidade, partido do pressuposto de que elas estão dadas, também passou a considerar a analisar como elas estão sendo (re)construídas em cada momento histórico ou até mesmo nas trajetórias das vidas dos diferentes sujeitos históricos. Além disso, incluir as mulheres na história se tornou um problema para o campo, pois “a reação da maioria dos historiadores não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado”^{xxiv}.

Foi entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre a história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Elas foram motivadas, em sua maioria, pelo texto já clássico de Joan Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990^{xxv}. Onde Scott apresenta uma reflexão muito importante, e bastante utilizada até hoje pelas historiadoras feministas, de que não podemos conceber mulheres, se elas não forem definidas em relação aos homens, nem homens, se não forem diferenciados das mulheres^{xxvi}. Essas diferenças, por sua vez, são construídas no interior de relações de poder^{xxvii}. Ela afirma ainda que gênero estaria no centro do estabelecimento de hierarquias sociais e estratégias de poder. Sendo, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.”^{xxviii}

Joan Scott^{xxix} acrescenta que o gênero é também uma categoria histórica, portadora de símbolos culturais evocadores de conceitos normativos e representações que permitem a produção de significados, de identidades subjetivas e de instituições sociais. Para a autora, as relações de gênero não podem se limitar ao privado ou aos âmbitos da reprodução (como eixos menores), mas também a política, a diplomacia, a guerra, ao emprego, as crises demográficas, entre outros). Uma narrativa histórica, que jamais é neutra, quando apenas relata fatos em que os homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero, é o que afirma Joana Maria Pedro: “A história, nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constrói o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história”^{xxx}. Da mesma maneira, ela será sempre parcial quando não considerar as dinâmicas das relações de poder que são estabelecidas a partir do gênero ao se analisar determinada temática ou processo histórico; além de produzir hierarquias com construções de masculinidades e feminilidades^{xxxi}.

As demandas sobre invisibilidade das mulheres e dos sujeitos subalternizados, as hierarquias entre as pessoas (atravessadas pelas dinâmicas de gênero, raça, condição social, geração, etc.) e os estudos das identidades e da diferença contribuíram para reformulações desde meados das décadas de 1970. Foram tomando corpo, formas, significados e sentidos complexos (e às vezes até controversos) ao longo desse período e em seus múltiplos contextos. Não apareceram de forma linear em todos os lugares e das mesmas formas^{xxxii}. E, acima de tudo, foram sofrendo críticas internas das epistemologias feminista, como o caráter essencialista ou fundacionismo biológico, que algumas pesquisas tiveram, e a naturalizações dos corpos ou negligências, por apagar ou não dar visibilidades às demais identidades^{xxxiii}. Todo esse aparato se deu ao mesmo tempo nos estudos sobre a ditadura no Brasil. Muitas pesquisas fazem ao mesmo tempo a crítica às invisibilidades e mencionam as relações de gênero (hierarquias, masculinidades, transgressões do gênero, usos do gênero, etc.), sem ter um plano linear temporal com uma inovação vindo antes da outra.

Michelle Perrot^{xxxiv} aponta diversas razões para esta recorrente exclusão das mulheres na historiografia. Mas uma delas, ao pensarmos a história da ditadura brasileira, se faz mais importante: a invisibilidade se dá também por essas serem menos vistas ou consideradas na política e na guerra. A política – e a direção e a administração do Estado – constituía-se inerentemente como propriedade masculina e como locais exclusivos do poder^{xxxv}. Também cabe ressaltar que são pontos fundantes para uma leitura analítica a partir dos estudos de gênero, não somente a exclusão, mas como a política constrói o gênero e como o gênero constrói a política^{xxxvi}. A busca por uma inserção na arena política é, para as mulheres, sempre uma transgressão. Por isso, para as historiadoras que se dedicaram a perceber a presença feminina na resistência à ditadura brasileira, falar de mulheres não foi somente relatar os fatos em que essas militantes

estiveram presentes, foi também reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos^{xxxvii}.

Para isso, alguns trabalhos são referência fundamental antes da década aqui analisada, como os estudos de Luiz Manfredini “As moças de minas: uma história dos anos 60”^{xxxviii}; de Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira “Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência”^{xxxix} e de Ana Maria Colling “A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil”^{xl}. Assim como a tese de doutorado de Olivia Joffily: “Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964 - 1985)”^{xli}. Esses trabalhos colocam a mulher em lugar de destaque na oposição à ditadura e se dedicam a expor e analisar as experiências das militantes de esquerda daquele período. A partir deles é possível perceber como as mulheres compuseram de maneira intensa e numerosa as organizações e os movimentos de resistência, participando ativamente da vida política do país, em um número até então nunca visto, transgredindo o lugar destinado a elas naquela sociedade.^{xlii}

Durante a década de 2010 outros trabalhos que trazem à tona essas questões foram publicados, como é o caso do trabalho de Margareth Rago “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade”^{xliii}, onde a autora apresenta a história de sete mulheres que vivenciaram a ditadura, a partir de depoimentos coletados por ela, mas também de escritos e entrevistas de caráter autobiográfico. São “escritas de si”, no sentido foucaultiano de construção da subjetividade, da construção do ser como devir, que, para a autora, trazem histórias que em si já são teoria. O livro de Amelinha Teles e Rosalinda Santa Cruz Leite “Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)”^{xliv} também apresenta as escritas de quem atuou na resistência à ditadura, como foi o caso da própria organizadora, Amelinha Teles, que integrou o PCdoB durante aqueles anos.

O trabalho de Maria Cláudia Badan Ribeiro “Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN”^{XLV}, resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2011, foi publicado em livro em 2019, e evidencia a participação das mulheres na luta armada, principalmente na Ação Libertadora Nacional (ALN). Outro trabalho bastante rico em memórias de militantes de esquerda é o de Danielle Tega: “Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina”^{XLVI}, também resultado de sua tese. Nele a autora, além de trazer histórias de mulheres militantes nos dois países, também evidencia a potência da sororidade^{XLVII} para a resistência àqueles anos. Assunto esse que também foi explorado por Susel Rosa, em seu livro “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”^{XLVIII} (2013).

Muitas dessas obras têm um papel fundamental de ressaltar a participação das mulheres na luta contra a ditadura, demonstrando que elas ocuparam um lugar de destaque e foram fundamentais para a resistência, mas também para a construção de novos espaços e possibilidades para as mulheres que vieram depois delas. Muitas delas, entretanto, não se propõem a problematizar as hierarquias de gênero existentes naquele período, ressaltando pouco essa questão, que, inclusive no período, foi abafada pelas lutas da própria esquerda^{XLIX}.

As pesquisas do LEGH/UFSC também trouxeram grandes contribuições para os estudos de mulheres e ditadura. O LEGH tem por objetivo a produção de conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero e, desde 2004 vem desenvolvendo pesquisas que tematizam o período das ditaduras no Cone Sul a partir de perspectivas de gênero e da teoria feminista. Aqui destacamos dois livros em especial, publicados no início da década de 2010 e que são resultado das pesquisas e discussões realizadas no laboratório: “Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff^I e

“Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul”, organizado por Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Ana Maria Veiga^{II}.

Ambos os livros têm por objetivo aprofundar as discussões que envolvem gênero e ditadura, dialogando com questões como a influência do gênero na construção da memória, o gênero nas esquerdas revolucionárias, gênero e repressão e os feminismos em tempos de ditadura. Por serem publicações realizadas por pesquisadoras que se propõem a pensar seus trabalhos a partir da ótica dos estudos de gênero, eles são uma fonte rica para quem deseja adentrar na temática, uma vez que sinalizam produções bibliográficas e fontes difíceis de acessar e trazem eixos complexos para as análises da ditadura em uma perspectiva de gênero. Além dos artigos, onde questões como as vivências no exílio, as trocas feministas, os relacionamentos afetivos, o corpo na tortura, a situação de cárcere são analisadas, o livro organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff traz ainda depoimentos escritos por mulheres militantes, como Albertina de Oliveira Costa, Alejandra Ciriza, entre outras. O volume “Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul”, levanta ainda questões como o trabalho doméstico, imprensa feministas e a dupla militância, alarga o debate das diversas formas de resistências do período.

O LEGH seguiu trabalhando com a temática das ditaduras no Cone Sul, e, além dos livros acima referidos, publicou também três outros trabalhos, no final da década de 2010 e início da década de 2020, resultados de pesquisas coordenadas pelas professoras Dra. Joana Maria Pedro, Dra. Cristina Scheibe Wolff e Dra. Janine Gomes da Silva. São eles: “Feminismos e democracia”, organizado por Joana Maria Pedro e Jair Zandoná^{III}, que levanta questões como o feminismo enquanto um conflito social, jogos de gênero na ditadura, feminismo no humor, no direito e no jornalismo e a formação de arquivos feministas; “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, organizado por Cristina Scheibe Wolff, Jair

Zandoná e Soraia Carolina de Mello^{LIII} que expõe a resistência de diferentes mulheres durante a ditadura: religiosas, sindicalistas, mulheres negras, camponesas, militantes de esquerda, indígenas, exiladas, lésbicas, entre outras, evidenciando a potência de suas lutas; “Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul”, organizado por Cristina Scheibe Wolff^{LIV}, onde emoções que perpassaram e construíram as resistências às ditaduras no Cone Sul são exploradas. A amizade, o amor, o medo, a raiva, a coragem e a esperança são trazidas à tona, demonstrando que a política nunca foi somente guiada pela razão e que as emoções são parte inseparável dela.

Esses últimos trabalhos, além de continuarem a se dedicar a pensar ditadura e gênero, ampliam o leque de estudos sobre a importância dos feminismos para a democracia. Neles é possível perceber um maior enfoque para as “diferenças dentro das diferenças”, a pluralidade dentro das categorias “mulher” e “mulheres”, assim como os múltiplos sujeitos e movimentos envolvidos na luta contra a ditadura, e também debates que envolvem a construção das identidades em múltiplos espaços, lugares e temporalidades. Os estudos da história das emoções também possibilitam um olhar mais amplo perante as vivências dos e das militantes de esquerda, demonstrando o quanto a política é construída também a partir dos afetos e sentimentos.

Para além da visibilidade, inclusão, transgressão e dar visibilidade às relações hierárquicas pautadas no gênero, algumas pesquisas chamaram atenção para como se dava o reforço das identidades de gênero na luta contra a ditadura. Cabe destacar a pesquisa de doutorado de Ana Rita Fonteles Duarte^{LV}, que posteriormente resultou em livro, onde suscitou um novo campo de discussões ao se utilizar do termo “jogos de gênero” debatido pelo historiador Luc Capdevila. Jogos de gênero, que foi debatido pelo historiador Luc Capdevila, é a instrumentalização, consciente ou inconsciente, dos discursos e representações

relacionadas à identidade de gênero^{LVI}. É, segundo Ana Rita Fontes, a partir de Capdevilla, como um jogo de xadrez onde os sujeitos intervêm nas realidades do momento, ora reforçando padrões tradicionais ora assumindo posições de ruptura, em uma encenação para garantir a vitória sobre o adversário^{LVII}. Do ponto de vista da ditadura brasileira, a análise da pesquisadora focou em considerar o Movimento Feminino pela Anistia do Ceará a partir desta perspectiva, onde a partir, principalmente de entrevistas, percebe tanto os embates das memórias entre as “mais” ou menos “politizadas” quanto demonstra a ação das mulheres e os usos dos gênero das militantes deste movimento^{LVIII}.

Ainda dentro desta perspectiva dos “jogos de gênero”, o estudo de Vanderlei Machado trouxe resultados interessantes ao comparar memórias (e também colocar em relação) dos pais e das mães sobre busca por informações de suas filhas e filhos no período anterior à constituição do Movimento Feminino pela Anistia^{LIX}. A referida análise do historiador chegou à conclusão de que, embora os pais apresentaram reações de indignação diante das prisões dos seus progenitores, foram as mães que “enfrentaram “os agentes da repressão, empregando para isso sua identidade de mães e jogando com os papéis de gênero”^{LX}. Para o autor, “ao se apresentarem como mulheres frágeis, que agiam por amor aos filhos e pela união da família, acreditavam que isso as tornava menos vulneráveis à agressão dos agentes da repressão”^{LXI}.

Esta prática foi muito comum também nos demais países do Cone Sul.

Neste caminho também encontramos as pesquisas de Cristina Scheibe Wolff sobre os usos da maternidade como formas de resistência, comoção e engajamento político de muitas mulheres (esta pesquisa foi precursora para se pensar, posteriormente, as emoções)^{LXII}. As epistemologias feministas contribuíram muito para questionar os “determinismos biológicos” das vidas das pessoas, sejam

quais foram, sendo uma dessas contribuições se deu do ponto de vista da própria ideia de constituição das maternidades e as noções de sexo^{LXIII}. Aqui utilizavam-se de práticas que reforçavam o “papel” de mães das mulheres que buscavam informações sobre suas filhas e filhos e para denunciar a ditadura. Como a própria pesquisadora considera, foram muitas as mães, esposas e parentes que “denunciaram a violência das ditaduras [...] e usaram as emoções e [os] sentimentos que circundam a ideia de maternidade e família, como também as configurações de gênero do feminino, para chegar aos corações da opinião pública”^{LXIV}. Alguns exemplos, são: Zuzu Angel no Brasil; Madres e Abuelas de Plaza de Mayo na Argentina; entre tantas outras^{LXV}.

As emoções e os jogos de gênero também aparecem no artigo de Marta Rovai, analisou as entrevistas de quatro mulheres que não consideravam as suas narrativas importantes (em relação aos dos demais militantes) por constituírem “outras formas de militância, não marcada por orientações ideológicas, de cunho marxista, maoísta ou debraísta, mas pela força do afeto”^{LXVI}. Os sujeitos do artigo foram mulheres (irmãs, mães, esposas) da cidade de Osasco/ SP, que não foram presas, exiladas, ou ainda participaram de organizações de caráter estudantil, sindical ou intelectual, mas que instrumentalizam o gênero a partir do desejo de agir^{LXVII}. Várias ações vão aparecendo ao longo do texto, a partir da entrega de bilhetes, convites para cafés, sendo definida pela pesquisadora também como: agir como “mulheres frágeis” ou “mulher direita”; incorporar a “gentileza feminina”; utilizar-se da arte dos fracos e de diferentes táticas; jogar com o que se tem disponíveis^{LXVIII}. Estas ações demonstram, como, ao focalizar as mulheres e também partir dos estudos de gênero, podemos observar diferentes formas

experiências; para além do que já estava bastante aparente, como os estudos sobre a participação das mulheres na luta armada.

Ao pensarmos o gênero enquanto uma categoria relacional^{LXIX} é impossível não destacarmos os estudos sobre masculinidade e ditadura, apesar de ainda escassos. Em seu texto “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”, Cristina Scheibe Wolff^{LXX} demonstra o quanto a masculinidade hegemônica se aproxima da masculinidade guerrilheira na resistência às ditaduras no Cone Sul. Cultuavam-se a virilidade, exigiam-se disciplina, coragem, discrição, determinação, desprendimento e espírito de sacrifício – qualidades estas compreendidas em nossas sociedades como masculinas – dentro das organizações e partidos de esquerda. Sentimentos como medo, insegurança, tristeza e amor, não deveriam adentrar ao espaço público da política.

É o que analisa Luísa Dornelles Briggmann, em sua tese de doutorado^{LXXI}. Ao pesquisar relações afetivas conjugais na resistência à ditadura, a autora constata que é a masculinidade, militante e hegemônica, que impõem aos homens uma maior reserva quanto à exposição de seus sentimentos. Os escritos memorialísticos de homens heterossexuais tendem a priorizar o espaço público (suas militâncias políticas), enquanto o privado (a cotidianidade de seus relacionamentos) é relegado a breves passagens, onde as emoções pouco aparecem. Entretanto, quando redigem escritos destinados apenas às suas companheiras e familiares, esses militantes borram a linha tênue do que lhes é esperado, permitindo-se ser mais vulnerável. Assim, é evidente que as relações de gênero são construídas também a partir de uma configuração de masculinidades e emocionalidades, em que as emoções que são incitadas, valorizadas ou mal recebidas são diferentes para homens e mulheres.

Durante a ditadura militar, por exemplo, a ideia de masculinidade estava fortemente ligada ao comprometimento com o trabalho e com o sustento da família. O macho deveria prover as necessidades práticas da família, como afirma Heleieth Saffioti^{LXXII}. Mesmo que a mulher possa trabalhar remuneradamente, caberia ao homem a responsabilidade maior perante a subsistência da esposa e dos filhos, não sendo permitido, assim, fracassar. Sendo o trabalho, portanto, um pilar identitário da masculinidade^{LXXIII}, quando um militante, esposo e pai era preso e precisa deixar de exercer a paternidade e o trabalho, também lhe era retirado elementos importantes do que era considerado o papel masculino dentro da organização familiar.^{LXXIV}

Emerson Flores Garcia^{LXXV} analisa a questão da masculinidade no momento da prisão e da tortura. Analisando depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, ele observa os entrecruzamentos entre as masculinidades militares e policiais. O trabalho de Emerson demonstra a intensa força do gênero na construção histórico-cultural responsável pela definição de hierarquias e estratégias de poder^{LXXVI}. “Perder” a masculinidade hegemônica em uma situação de tamanha vulnerabilidade e violência, como a tortura, também significou perder força, honra e poder. James Green^{LXXVII} ao analisar a homossexualidade masculina na luta armada e na prisão nas décadas de 1960 e 1970, nos demonstra o quanto masculinidades outras não eram aceitas naquele contexto histórico e social. Nesse caso, mais especificamente se tratando de homens gays, que muitas vezes foram percebidos um desvio da masculinidade tanto para a ditadura quanto para as organizações de esquerda.

Movimentos feministas e as sexualidades dissidentes na ditadura brasileira

Para além da inclusão das mulheres e das perspectivas de gênero, um campo que prosperou bastante foram as pesquisas sobre os movimentos sociais, especificamente aqui àqueles feministas e LGBT^{LXXVIII}.

Muitas pesquisas foram feitas a fim de sinalizar os diferentes grupos, jornais, atividades e engajamentos das mulheres e dos feminismos no período final da ditadura^{LXXIX}. Talvez, uma das temáticas mais importantes debatidas deste período dentro dos estudos de gênero tenham sido considerar as diferentes esferas e espaços da sociedade em que as mulheres estavam organizadas seja na luta pelos seus direitos “específicos” (como pelo direito ao prazer, ao corpo, à sexualidade e contra a violência, etc.) sejam no âmbito dos direitos “gerais” (como a lutar por creche, condições básicas de vida em seus bairros, etc.).

Neste contexto os movimentos feministas cresceram fortemente e as mulheres estavam presentes em vários espaços, como: na Igreja Católica; na publicação de artigos e de jornais (sejam eles feministas ou não); no movimento Feminino pela Anistia; nos clubes de mães; nos movimentos sindicais; nos grupos de esquerda ou de oposição à ditadura, como a luta armada, os grupos clandestinos, as denúncias a ditadura, etc; nos grupos de consciência; grupos feministas combatendo a violência contra a mulheres^{LXXX}.

Alguns debates hoje já podem ser considerados clássicos (mesmo que sabemos que existe poucas leituras fora desse campo) para se pensar a história do feminismo: a) os embates entre “lutas gerais” versus “lutas específicas”; b) o registros de grupos feministas e suas respectivas ações, como do Grupo Brasil Mulher, o Jornal Mulherio, a formação dos SOS Mulher no combate à violência; c) as biografias das feministas ou do movimento de mulheres em seus diferentes trânsitos, com suas construções e disputas narrativas, como, as trajetórias de Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti, Carmem da Silva, Rosalina Santa Cruz Leite, Iara Prado, Maria Amélia de Almeida Teles, Joana Lopez, Helena Greco e Therezinha

Zerbini, entre tantas outras; d) a emergência dos movimentos dentro de um regime autoritário e as implicações políticas que o contexto produziu para o movimento; e) a constituição das narrativas fundadoras dos movimentos feministas; entre tantas outras^{LXXXI}

Além dos aspectos levantados acima, que foram se consolidando dentro da historiografia dos feminismos e dos movimentos de mulheres^{LXXXII}, algumas outras pesquisas que foram realizadas na década de 2010 merecem destaque aqui. Todas estas pesquisas sinalizam o trânsito de ideias, as práticas de leitura e escrita, apropriação e circulação de debates importantes para a construção dos diferentes movimentos feministas no Brasil, que emergiram a partir de meados da década de 1970. Elas demonstram que os debates feministas não deixaram de existir em função da ditadura brasileira, mas que carregam características bastante significativas (em relação aos demais feminismos emergentes em outros lugares) em função do contexto ao que o país estava passando.

A primeira delas é a tese de doutorado de Joana Vieira Borges, que salientou sobre as práticas de leituras e apropriações das autoras tidas como clássicas do movimento realizadas pelas feministas no Brasil e na Argentina durante o período^{LXXXIII}. A segunda é de Soraia Carolina de Mello que analisou as discussões sobre os feminismos, a partir do trabalho doméstico, nas revistas para as mulheres no Brasil^{LXXXIV}. A terceira, de Cintia Lima Crescêncio que focou no humor feminista publicado em periódicos feministas em diversos países do Cone Sul^{LXXXV}. A última, mas não menos importante, é de Irácella da Cruz Alves que sinalizou as ações de mulheres participantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que, embora não se dissessem feministas, debateram uma série de aspectos sobre a vida das mulheres, o anticomunismo e a constituição de um feminismo marxista no Brasil^{LXXXVI}.

Durante a década de 2010, uma das grandes inovações que ocorreram foram a renovação dos estudos sobre os movimentos feministas negros. Foram muitos os eventos decorrentes dos ativismos das mulheres negras durante o período: publicações em redes sociais; Marchas das Mulheres Negras; Festival Latinidades; etc. Isso tudo, sem esquecer a implantação das leis de cotas nas universidades públicas brasileiras e da lei 10.639/2003 (que tornou obrigatório o ensino da história da África). Tal ponto tomou tanto destaque, que as renomadas pesquisadoras norte-americanas dos estudos interseccionais, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge destacou sobre “as constantes críticas das feministas negras à democracia racial e a defesa das necessidades das mulheres negras forneceram a base para a nova geração de ativistas organizar o Festival Latinidades”, onde a nova geração deu continuidade ao legado e “mostrou o uso da interseccionalidade como categoria analítica no feminismo afro-brasileiro”, a partir de intelectuais negras, como, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus^{LXXXVII}. Essa efervescência também tomou corpo nos estudos sobre as décadas de 1970 e 1980.

Os primeiros grandes estudos certamente são em decorrência da retomada dos textos e produções da intelectual Lélia Gonzalez, que tem recebido os merecidos destaque pela crítica (ainda na década de 1980) sobre ao mito da democracia racial, ao colonialismo como fonte das desigualdades no Brasil, o preconceito linguista e a situação das mulheres negras (tanto diante do movimento negro quanto do movimento feminista). A trajetória, as produções intelectuais, sua militância tanto no movimento negro quanto no movimento de mulheres negras, foram sendo retomadas em diferentes publicações, como pode ser visto em Patricia Hill Collins e Sirma Bilge^{LXXXVIII}, Alex Ratts e Flávia Rios^{LXXXIX} e na coletânea com os seus textos organizados por Flávia Rios e Márcia Lima^{XC}. A retomada das produções de Lélia Gonzalez também podem ser associadas à

emergência dos estudos des/pós-coloniais, em função da sua crítica à colonização no Brasil e a preocupação de como o entrelaçamento de gênero (embora não utilize este conceito), raça e colonização produziu sujeitos subalternizados em nosso território.

Foram muitas as pesquisas que se detiveram em pensar os ativismos das mulheres negras, as relações de gênero e os feminismos. Especialmente, duas merecem destaque aqui no que tange ao período da ditadura. A primeira delas é a tese de Tauana Gomes da Silva que ressaltou a trajetória de luta contra a ditadura de nove militantes negras; a referida pesquisa apresentou a invisibilidade racial e de gênero, que se tem nos estudos sobre a ditadura, ao não abordar as questões que envolveram as mulheres negras^{XCi}. A tese recebeu o II Prêmio de Teses Ecléa Bosi da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) do ano de 2021. A segunda pesquisa de destaque, ao abordar de maneira conjunta os debates raciais, feministas e de gênero, é de Viviane Gonçalves Freitas que comparou as agendas políticas de quatro jornais da imprensa feministas alternativa brasileira, a fim de entender quais projetos tiveram destaque dentro de cada jornal e quais as formas e significados que foram debatidos; a pesquisa é interessante por verificar de maneira quantitativa como, a partir de vinte diferentes categorias, a “comunidade negra” ganhou ou não destaque dentro dos referidos periódicos^{XCii}.

A história do Movimento LGBT durante a ditadura militar também vem ganhando mais destaque nas pesquisas acadêmicas nos últimos anos. Trabalhos como os dos pesquisadores James Green e Renan Quinalha são de grande importância para o ramo. Dentre eles destacamos “Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade”, organizado por eles^{XCiii}. Essa publicação se tornou referências para os estudos sobre homossexualidade e ditadura. O prefácio é escrito por Carlos Fico, que, dentre outras questões, disserta sobre a utopia autoritária, saneadora e pedagógica

exercida pelo governo militar contra as sexualidades dissidentes^{xciV}. O livro conta ainda com um capítulo escrito por Marisa Fernandes, sobre a organização do movimento lésbico e a luta contra a repressão e por liberdade. O capítulo escrito por James Green diz respeito ao grupo Somos, importante representante do movimento gay na época. Há também interessantes reflexões acerca da busca pela memória e justiça após a ditadura e o papel da Comissão Nacional da Verdade.

A tese de doutorado de Renan Quinalha, apresentada em 2017 também foi transformada em livro, publicado em 2021, com o título “Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT”^{xciV}. Nele o autor apresenta o conceito de “ditadura hetero-militar”, criado por ele, evidenciando a heterogeneidade das políticas sexuais e de gênero adotadas durante o período ditatorial. Destaca também as diversas violências destinadas ao grupo LGBT, desde torturas e agressões, até as constantes batidas policiais nos locais de sociabilidades de gays e lésbicas, que muitas vezes resultaram em prisões arbitrárias. Quinalha apresenta ainda a censura que veículos de imprensa sofreram, com destaque para o jornal *Lampião da Esquina*.

No livro “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, já anteriormente citado aqui, Luiz Augusto Possamai Borges, Lara Lucena Zacchi e Jair Zandoná também dedicam um capítulo para trabalhar o movimento homossexual no período, com destaque para o grupo Somos, demonstrando os pontos de intercessão e afastamento entre as lutas gays, lésbicas e feministas. O capítulo escrito por Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi analisa a experiência de mulheres lésbicas em tempos de ditadura, trazendo diversos relatos, onde apresentam seus medos e as potências da militância organizada durante o período.

Elias Ferreira Veras, em sua tese de doutorado defendida em 2015, se debruça sobre o sujeito travesti, investigando sua emergência pública e as redes de ações e discursos que o constituíram historicamente, no Nordeste do Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980. O pesquisador utiliza-se da imprensa para perceber a influência na grande mídia na formação desse sujeito, onde não reproduzia apenas um novo modelo de subjetividade, mas sim a concomitância de vários paradigmas, com enfoque no corpo. A tese foi transformada em livro, publicada em 2019, com o título de “Travestis: cerne, tinta e papel^{XCVI}” e abriu caminho para pensar a presença das pessoas transgênero, a relação com a ditadura e com a sociedade, e as publicações em jornais.

Em 2023, Benito Bisso Schmidt, Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro lançaram o livro “(Re)Existências LGBTQI+ e feminismo na ditadura civil-militar e na Redemocratização do Brasil^{XCVII}”, que conta com capítulos de diversos pesquisadores da área. Como o título demonstra, há uma importante ligação entre resistir para poder existir para a população LGBTQI+ durante o período ditatorial. Sobreviver à ditadura, à homofobia, ao moralismo, mas também à escrita da História. E, conforme afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no prefácio do livro: “O simples fato de você existir é dissidência. Para afirmar a tua própria existência, foi preciso não desistir^{XCVIII}”.

Ainda há muito a se estudar sobre estes sujeitos e os movimentos de resistência vivenciados por eles naqueles tempos. Entretanto, a partir desses estudos podemos perceber o quão recorrente era, por parte da repressão a intencionalidade de ligar homossexualidade e lesbianidade com subversão. Utilizando-se de uma tradição reacionária presentes há décadas na sociedade brasileira, onde as sexualidades dissidentes eram reprimidas com base em preceitos morais, religiosos e médicos, na ditadura somava a ideia de subversão à ordem. Homossexualidades e transgeneridades foram consideradas ameaças

não apenas aos valores éticos e morais conservadores, mas também à estabilidade política e à segurança nacional.^{XCIX}

Com eles também podemos evidenciar que, quanto mais fechado e conservador é o regime político, maior é a intensificação dos modos de controle nos espaços públicos e privados. Sendo um indicador fundamental do grau de inclusão, liberdade e democracia de um regime a forma como ela integra ou não a agenda de diversidade de gênero e sexualidade nas ações e discursos do governo.^C A ditadura brasileira, como eles demonstram, quando não a ignorou por completo, tratou com violência gays, lésbicas, travestis e pessoas trans. Da mesma maneira que não deixou de observar, vigiar e perseguir as mulheres que se organizaram em diferentes grupos para lutar por direitos (sejam eles “gerais” ou “específicos”) e no combate à ditadura.

Conclusão

Trabalhos como os citados ao longo do artigo demonstraram a complexidade das contribuições das epistemologias feministas e dos estudos de gênero têm dado sobre o período da ditadura brasileira. Como visto, são destaque a conexão com temas que aprofundam o debate para além da inclusão de sujeitos ao conectarem com as emoções, usos do gênero, diferentes formas de subversões e resistências, práticas de leitura, humor, vontade de agir, perseguições, multiplicidades de experiências, formas de violências pautadas inclusive no gênero, entre tantos outros citados ao longo do texto. Este panorama também responde os questionamentos que colocam em dúvida a necessidade de pensar as relações de gênero e os debates feministas dentro do processo histórico da ditadura brasileira, ao sinalizar os ganhos que tem trazido a partir da definição das várias escalas, tons e formas de experiências que nos fazem entender o período como um todo. Para além disso, muito ainda precisa ser feito,

como, a ampliação da visibilidade, a incorporação dos debates de gênero em outras pesquisas e também novos temas que poderão emergir a partir daqui.

Notas

^I Os debates sobre a nomenclatura e periodização da ditadura já foi alvo de inúmeros debates. Não pretendemos entrar nesta discussão. Usaremos o termo ditadura militar sem esquecer o apoio civil e consideramos o período final de 1985, em função de parte do aparato estatal ainda estar operando até aqui. Ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 09, n. 20, p. 05-74, mai/ 2017.

^{II} Algumas pesquisas: Golpe de estado, apoio civil ou empresarial: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 09, n. 20, p. 05-74, mai/ 2017; Repressão, Sistema Repressivo, Vigilância: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012; FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001; Resistência, organizações e luta armada: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997; RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos de 1960*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010; entre outras temáticas.

^{III} Um amplo debate gira em torno dela em função da reparação histórica, justiça, memória pública e silenciamentos, Lei de Anistia, e enaltecimento dos ditadores. Para saber mais sobre a Lei de Anistia, justiça de transição e os militares, ver: ABRÃO, Paulo. A lei de anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro v. 24, n. 1, p. 119-138, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44728>>. Acesso em: 19 ago. 2020; D'ARAUJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrático no Brasil. ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 39-53; ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012; entre outros autores.

^{IV} Muitas pesquisas foram dedicadas à Comissão Nacional da Verdade, como: BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco, 2017; PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: Comissões da Verdade na América Latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, 2010; TELES, Edson. *O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade*. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

^v PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

^{vi} A retroalimentação entre conquistas, direitos e reivindicações é bastante difícil de mensurar. Ela pode ser vista a partir da história dos movimentos sociais: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000; ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo (org.). Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007; DOIMO, Ana Maria. A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995; DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007; GREEN, James N. et al. (Ed.). História do movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

^{vii} PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. História, São Paulo, v. 41, 2022.

^{viii} PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

^{ix} JOFFILY, Olívia Rangel. Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

^x PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

^{xi} PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 185.

^{xii} PERROT, Michelle. As mulheres e o silêncio da história. Bauru: EDUSC, 2005, p.14.

^{xiii} PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

^{xiv} PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2016.

^{xv} PERROT, Michelle. As mulheres e o silêncio da história. Bauru: EDUSC, 2005.

^{xvi} PERROT, Michelle. As mulheres e o silêncio da história. Bauru: EDUSC, 2005, p.14.

^{xvii} SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da história. São Paulo: UNESP, 1992.

^{xviii} PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

^{xix} SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da história. São Paulo: UNESP, 1992, p.77.

^{xx} COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. História em Revista. v.10, UFPEL, 2004.

^{xxi} PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2016.

^{xxii} PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007, p. 287.

- ^{xxiii} BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos feministas, Florianópolis, v. 8, n. 02, p. 09–41, 2000; SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, p. 297–325, fev. 1998.
- ^{xxiv} SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995. P. 76.
- ^{xxv} PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, 2005. p.77–98.
- ^{xxvi} SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) A escrita da história. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63–96.
- ^{xxvii} SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995.
- ^{xxviii} SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995..
- ^{xxix} SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995..
- ^{xxx} PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, N.1, 2005. p.87.
- ^{xxxi} Sobre masculinidades e feminilidades ver: CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241–282, jan–abr. 2013; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.) Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: Ufgd Editora, 2019. p. 248–251.
- ^{xxxii} HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, p. 215–241, 2009.
- ^{xxxiii} BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos feministas, Florianópolis, v. 8, n. 02, p. 09–41, 2000; SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, p. 297–325, fev. 1998.
- ^{xxxiv} PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2016.
- ^{xxxv} PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ^{xxxvi} SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995.
- ^{xxxvii} COLLING, Ana. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. História em Revista. v.10, UFPEL, 2004.
- ^{xxxviii} MANFREDINI, Luiz. As moças de Minas: uma história dos anos 60. São Paulo: Alfa-Omega: 1989.
- ^{xxxix} FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- ^{XL} COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997. 164
- ^{XLI} JOFFILY, Olívia Rangel. Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.
- ^{XLII} RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- ^{XLIII} RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- ^{XLIV} TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ^{XLV} RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN. São Paulo: Alameda, 2020.
- ^{XLVI} TEGA, Danielle. Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo FAPESP; Intermeios, 2019.
- ^{XLVII} bell hooks defende que a sororidade como uma arma poderosa na busca por uma sociedade mais junta e democrática, definindo-a como uma possibilidade concreta. Ver mais em: HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Alina Nunes e Lara Zacchi demonstram a força da amizade entre mulheres na luta contra a ditadura, e, mais especificamente no cárcere, ela aparece como como uma fuga, uma resistência à opressão, à violência e ao isolamento ver mais em: NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. “As pessoas não podem resistir sozinhas”: memórias, amizades e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 12-32; ZACCHI, Lara Lucena. Memórias do cárcere na Torre das Donzelas: gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2021.
- ^{XLVIII} ROSA, Susel. Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante. 1. ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2013. v. 1. 328p.
- ^{XLIX} COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher “subversiva”. Contexto e Educação, Ijuí, v. 9, nº 35, p. 16-23, jul/set. 1994; BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Org). Mulheres de luta: feminismo e esquerda no Brasil (1964 – 1985). Curitiba: Appris, 2020. p. 273 – 291.
- ^L PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis, Editora Mulheres, 2010.
- ^{LI} PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana. Maria. (Orgs.). Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- ^{LII} PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (org.). Feminismos e democracia. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
- ^{LIII} WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

- ^{LIV} WOLFF, Cristina (Org.). Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul. Curitiba: Brazil Publishing, 2021
- ^{LV} DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da Memória: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.
- ^{LVI} CAPDEVILA, Luc; ROCHA, Sofia. R. S.; PEDRO, Joana. M. Resistência Civil e Jogos De Gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980). Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S. l.], v. 9, n. 19, p. 160-191, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203> Acesso em: 20 nov. 2023.
- ^{LVII} DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da Memória: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.
- ^{LVIII} DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da Memória: O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.
- ^{LIX} MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. História Unisinos, v. 17, n. 2, p. 179-188, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.09> Acesso em: 21 nov. 2023.
- ^{LX} MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. História Unisinos, v. 17, n. 2, p. 179-188, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.09> Acesso em: 21 nov. 2023. p. 187.
- ^{LXI} MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. História Unisinos, v. 17, n. 2, p. 179-188, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.09> Acesso em: 21 nov. 2023. p. 187.
- ^{LXII} WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/44332> Acesso em: 20 nov. 2023.
- ^{LXIII} BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; LAQUEUR, Thomas. A invenção do sexo. São Paulo: Relume Dumará, 2001.
- ^{LXIV} WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/44332> Acesso em: 20 nov. 2023. p. 117.
- ^{LXV} WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/44332> Acesso em: 20 nov. 2023.
- ^{LXVI} ROVAI, Marta G. A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). Orda Revue: L'ordinaire des Amériques, v. 222, p. 159-182, 2017. p. 03.

- LXVII ROVAI, Marta G. A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). Orda Revue: L'ordinaire des Amériques, v. 222, p. 159-182, 2017.
- LXVIII ROVAI, Marta G. A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). Orda Revue: L'ordinaire des Amériques, v. 222, p. 159-182, 2017.
- LXIX SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995.
- LXX WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.
- LXXI BRIGGMANN, Luísa Dornelles. Amores revolucionários: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964 - 1985). Tese (doutorado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.
- LXXII SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.
- LXXIII ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.
- LXXIV MACHADO; Vanderlei; WOLFF, Cristina Scheibe. A Paternidade como instrumento de tortura contra homens perseguidos pela ditadura no Rio Grande do Sul (1968-1974). (no prelo)
- LXXV GARCIA, Emerson Flores. Masculinidades e Tortura: gênero e uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- LXXVI SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2. jul/dez. 1995; NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, vol 8, n. 2, Florianópolis, 2000. pp. 9-41; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, N.1, 2005. p.87.
- LXXVII GREEN, James Naylor. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. Revista anistia política e justiça de transição, v. 8, p. 58-93, 2012
- LXXVIII A sigla LGBT é uma sigla que significa, respectivamente, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero. Trata-se de um termo que passou a ser utilizado a partir da década de 1990, isto é, não faz referência ao que era utilizado durante a ditadura brasileira.
- LXXIX DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. Tempo, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020; SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- LXXX COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e

ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. Tempo, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020; PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259; PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (org). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010; SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

^{LXXXI} ABREU, Máira Luisa Gonçalves de. Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. São Paulo: Alameda, 2014. Impressão realizada em 2016; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. Tempo, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020; GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: Relações Sociais de Gênero versus Relações Sociais de Sexo. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, USP, p.1-45, 1989; GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987; MÉNDEZ, Natalia Pietra. Com a Palavra, o Segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. 2008. 301 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, p. 473-483, nº Especial, 1994; PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006; PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007; ROSALEN, Eloisa. Entre Conflitos e Solidariedades: As trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal (1973-1987). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023; SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, jan. 2004; TEIXEIRA, Kelly Cristina. Mulheres presente!: Helena Greco e o movimento feminino pela anistia em Minas Gerais. 2019. 247 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019; entre tantas outras.

^{LXXXII} A definição da nomenclatura do movimento do movimento é por si só um debate, hierarquias, projetos políticos e embates. Existiram grupos que se autodenominaram “femininos” a fim de se diferenciar das “feministas”, por considerá-las contrárias aos homens; ou se chamavam de “movimentos de mulheres” por não se considerarem “feministas” ou porque lutavam por causas consideradas como “gerais”; “feministas” que criticavam os “movimentos de mulheres” por não adentrarem nos debates sobre sexualidade, aborto, etc. Para saber mais ver: ROSALEN, Eloisa. Entre Conflitos e

Solidariedades: As trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal (1973-1987). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023.

^{LXXXIII} BORGES, Joana Vieira. Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980). 2013. 355 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0452-T.pdf>.

^{LXXXIV} MELLO, Soraia Carolina de. Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989). 2016. 460 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0550-T.pdf>

^{LXXXV} CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). 2016. 361 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0556-T.pdf>

^{LXXXVI} ALVES, Irácella da Cruz. Feminismo entre Ondas: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

^{LXXXVII} COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021. PDF. p. 42.

^{LXXXVIII} COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.

^{LXXXIX} RATTI, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

^{XC} RIOS, Flávia; LIMA, Márcia; GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.

^{XCi} SILVA, Tauana Olívia Gomes. Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985). 2019. 528 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0683-T.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

^{XCii} FREITAS, Viviane Gonçalves. Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira: quatro décadas de luta por direitos. Jundiá: Paco, 2018.

^{XCiii} GREEN, James; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Edufscar, 2014.

^{XCiv} Aqui, entendemos dissidência sexual conforme Felipe Rivas San Martin, que afirma que o discurso de dissidência sexual começa a emergir em 2005: O conceito de dissidência sexual nos retira da lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do queer, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas aponta posicionamento político e crítico. SAN MARTIN apud COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 151.

^{xcv} QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

^{xcvi} VERAS, Elias Ferreira. Travestis: carne, tinta e papel. Curitiba: Prismas, 2017.

^{xcvii} VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023

^{xcviii} AILBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Prefácio: existir, resistir, dissentir. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023, p. 11.

^{xcix} GREEN, James; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Edufscar, 2014; BARNART, Fabiano; VIANA, Frederico Machado. Repressão e controle das travestis durante a ditadura civil-militar em Porto Alegre (1967-1977). In: SCHIMDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Taverna, 2022. p. 137-162; NUNES, Alina dos Santos; WOLFF, Cristina Scheibe; BORGES, Luiz Augusto Possamai. Desafiando as ditaduras: sexualidades dissidentes e feminismos no Cone Sul. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023. p. 36 – 61.

^c QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Referências

ABRÃO, Paulo. A lei de anistia no brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro v. 24, n. 1, p. 119-138, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44728>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ABREU, Maíra Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio**: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. São Paulo: Alameda, 2014. Impressão realizada em 2016.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (org.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ALVES, Irácella da Cruz. **Feminismo entre Ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. 358 f. Tese (Doutorado) – Curso de Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). **Violência na História**: Memória, Trauma e Reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARNART, Fabiano; VIANA, Frederico Machado. Repressão e controle das travestis durante a ditadura civil-militar em Porto Alegre (1967-1977). In: SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Taverna, 2022.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiá: Paco, 2017.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Org). **Mulheres de luta**: feminismo e esquerda no Brasil (1964 – 1985). Curitiba: Appris, 2020. p. 273 – 291.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. **Amores revolucionários**: relações afetivas na resistência à ditadura brasileira (1964 – 1985). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

BORGES, Joana Vieira. **Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. 2013. 355 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0452-I.pdf>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAPDEVILA, Luc; ROCHA, Sofia. R. S.; PEDRO, Joana. M. Resistência Civil e Jogos De Gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980). **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 160-191, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203> Acesso em: 20 nov. 2023.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político mulher "subversiva". **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 9, nº 35, p. 16-23, jul/set. 1994;

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. v.10, UFPEL, 2004.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COMISSÃO da Verdade enfrenta críticas e iniciativa paralela de militares. **Notícias Uol**. São Paulo, p. 1-6. 16 maio 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/05/16/comissao-da-verdade-enfrenta-criticas-e-iniciativa-paralela-de-militares.htm>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.241-282, jan-abr. 2013.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)**. 2016. 361 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0556-T.pdf>

D'ARAUJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrático no Brasil. ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 39-53.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular:** Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória:** O movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFSC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 2, p. 473-492, ago. 2020.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória:** histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, n. 20, p. 05-74, mai/ 2017.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira:** quatro décadas de luta por direitos. Jundiaí: Paco, 2018.

GARCIA, Emerson Flores. **Masculinidades e Tortura:** gênero e uso sistemático da tortura na Ditadura Civil-Militar Brasileira. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo "bom para o Brasil". In: *Relações Sociais de Gênero versus Relações Sociais de Sexo*. **Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero**, USP, p.1-45, 1989.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo:** a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GREEN, James Naylor. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. **Revista anistia política e justiça de transição**, v. 8, p. 58–93, 2012.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**. Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: Edufscar, 2014.

GREEN, James N. et al. (Ed.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 473–483, nº Especial, 1994.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, p. 215–241, 2009.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964–1985). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2005.

LAQUEUR, Thomas. **A invenção do sexo**. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. **História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 179–188, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2013.172.09> Acesso em: 21 nov. 2023.

MACHADO; Vanderlei; WOLFF, Cristina Scheibe. **A Paternidade como instrumento de tortura contra homens perseguidos pela ditadura no Rio Grande do Sul (1968–1974)**. (no prelo)

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas**: uma história dos anos 60. São Paulo: Alfa-Omega: 1989.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres**: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970–1989). 2016. 460 p. Tese (Doutorado)

- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0550-T.pdf>

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a Palavra, o Segundo sexo**: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. 2008. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v.24, N.1, 2005. p.77-98.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "Segunda Onda": corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p.55-69, jun. 2007.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (org). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana. Maria. (Orgs.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (org.). **Feminismos e democracia**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres e o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: Comissões da Verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, 2010.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN. São Paulo: Alameda, 2020.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e Movimentos após os anos de 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia; GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.

ROSA, Susel. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. 1. ed. São Paulo: Intermeios Cultural, 2013. v. 1. 328p.

ROSALEN, Eloisa. **Entre Conflitos e Solidariedades**: As trajetórias de militâncias das mulheres exiladas na França e em Portugal (1973-1987). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023.

ROVAL, Marta G. A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). **Orda Revue**: L'ordinaire des Amériques, v. 222, p. 159-182, 2017.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, jan. 2004.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-96.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol.20, n.2, jul/dez. 1995.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0683-T.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ufgd Editora, 2019. p. 248-251.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar**: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo FAPESP; Intermeios, 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista: A Construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Edson. **O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade**. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. **Mulheres presente!:** Helena Greco e o movimento feminino pela anistia em Minas Gerais. 2019. 247 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017

ZACCHI, Lara Lucena. **Memórias do cárcere na Torre das Donzelas: gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira**. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/44332> Acesso em: 20 nov. 2023.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.

WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024